

16 — Os critérios de apreciação e ponderação da prova oral de conhecimentos e da entrevista profissional de selecção bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada;

17 — A falta de comparência dos concorrentes à prova oral de conhecimentos, ou à entrevista profissional de selecção, determina a sua exclusão;

18 — A relação de candidatos admitidos e excluídos, bem como o projecto de classificação final, serão publicitados respectivamente nos termos dos artigos 33.º, 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;

19 — O júri dos concursos terá a seguinte composição:

Referência A:

Presidente — Eng. José Ramos Moreira — Vereador a tempo inteiro.

1.º vogal Efectivo — Eng.º César Luís de Miranda Carvalho — Chefe de Divisão.

2.º vogal Efectivo — Dr.ª Maria Clara Baptista Beato Fevereiro (Directora em Regime de Substituição do Arquivo Distrital de Castelo Branco).

1.º vogal Suplente — Vítor Manuel do Carmo Cavalheiro — Vereador a tempo inteiro.

2.º vogal Suplente — Dr. Paulo Jorge Farinha Luís, Chefe de Divisão.

Referência B:

Presidente — Eng. José Ramos Moreira — Vereador a tempo inteiro.

1.º vogal Efectivo — Dr. Paulo Jorge Farinha Luís, Chefe de Divisão

2.º vogal Efectivo — Eng.º Rui Luís Rosa Vieira (a exercer funções na Escola Tecnológica e Profissional da Sertã).

1.º vogal Suplente — Vítor Manuel do Carmo Cavalheiro — Vereador a tempo inteiro.

2.º vogal Suplente — Eng.º César Luís de Miranda Carvalho — Chefe de Divisão.

20 — Regime de estágio — o júri dos estágios terá a mesma composição do júri dos concursos, caso não venha a ser decidida a revisão da sua composição;

21 — O estágio:

Referência A — Terá a duração de um ano, com carácter probatório e obedecerá às regras constantes do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88 de 28 de Julho. Findo o período de estágio, o estagiário será avaliado pelo júri, e se nessa avaliação obtiver classificação não inferior a BOM (14 valores) será provido, a título definitivo, em técnico superior de 2.ª classe — arquivo.

Referência B — Terá a duração de seis meses e obedecerá ao disposto no Decreto-Lei n.º 265/88 de 28 de Julho, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. Findo o período de estágio, o estagiário será avaliado pelo júri, e se nessa avaliação obtiver classificação não inferior a BOM (14 valores) a nomeação será provisória até profazer um ano, em técnico de informática do grau 1, nível 1.

22 — De acordo com o n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi efectuada consulta à bolsa de emprego público, tendo-se verificado não existir pessoal em situação de mobilidade especial, com o perfil pretendido, conforme declarações da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, datadas de 31/10/2007;

23 — Em cumprimento com a alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciado escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação conforme despacho publicado no *Diário da República* n.º 77 2.ª série, de 31 de Março de 2000;

24 — Quota de emprego para pessoas com deficiência — Poderão concorrer pessoas com deficiência, cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60%, nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de Fevereiro. No presente concurso o candidato portador de deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal, de acordo com o n.º 3, do artigo 3.º da citada legislação;

25 — Para cumprimento do estipulado nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de

deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata do documento comprovativo. Deverão ainda os mesmos candidatos mencionar no requerimento todos os elementos necessários ao processo de selecção, nomeadamente as suas capacidades de comunicação/expressão.

16 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Paulo Farinha*.

2611066296

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA

Aviso n.º 23450/2007

Para os devidos efeitos se faz público que por despacho do signatário, datado de 16/11/2007, ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local, por força do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foi nomeada definitivamente, por reclassificação e após comissão de serviço extraordinária, a funcionária Alexandra Isabel Marques Neves Neto, com a categoria de engenheiro técnico de 2.ª classe, posicionada no escalão 1, índice 295, para a categoria de engenheiro do ambiente de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

20 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora*.

2611066495

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Aviso n.º 23451/2007

Reclassificação profissional

Para os efeitos previstos na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Dec.-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à Administração Local pelo Dec.-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, por meus despachos, de 30 de Outubro de 2007, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 2.º, alínea *e*), 3.º, e 5.º, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, 6.º, n.º 4, e 10.º, n.º 2, do Dec.-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, 6.º, n.º 1, 1.ª parte, e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, 38.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, e 8.º, alínea *b*), e 10.º, n.º 1, alínea *c*), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, foram nomeados definitivamente mediante o procedimento de reclassificação profissional, os seguintes funcionários:

Ana Isabel Almeida Chagas, titular da categoria de Auxiliar de Serviços Gerais (escalão 2, índice 137), para a categoria de Assistente Administrativo, com posicionamento no escalão 1, índice 199;

Ana Maria Barbosa Carrasco Gomes, titular da categoria de Apontador (escalão 1, índice 146), para a categoria de Assistente Administrativo, com posicionamento no escalão 1, índice 199;

Ana Rosa Conceição Guerreiro, titular da categoria de Técnico Profissional de Informação e Relações Públicas Principal (escalão 1, índice 238), para a categoria de assistente administrativo especialista, com posicionamento no escalão 1, índice 269;

Ana Sofia Silva Oliveira Afonso, titular da categoria de Jardineiro — Operário Qualificado (escalão 1, índice 142), para a categoria de Assistente Administrativo, com posicionamento no escalão 1, índice 199;

Cristina Maria Lam Ferreira, titular da categoria de Apontador (escalão 1, índice 146), para a categoria de Assistente Administrativo, com posicionamento no escalão 1, índice 199;

José Augusto dos Santos Reisinho, titular da categoria de Carregador — Operário Semiquificado (escalão 3, índice 155), para a categoria de Auxiliar Administrativo, mantendo o mesmo índice remuneratório e desenvolvimento da categoria do lugar de origem, nos termos do previsto no artigo 10.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro;

Maria de Fátima Cipriano Santos Marques, titular da categoria de Cantoneiro — Operário Semiquificado (escalão 1, índice 137), para a categoria de Assistente Administrativo, com posicionamento no escalão 1, índice 199;

Paula Isabel Chaves Bairos Costa, titular da categoria de Apontador (escalão 1, índice 146), para a categoria de Assistente Administrativo, com posicionamento no escalão 1, índice 199;

Pedro Miguel Teixeira Calado, titular da categoria de Mecânico Principal — Operário Altamente Qualificado (escalão 1, índice 233), para a categoria de Assistente Administrativo, com posicionamento no escalão 5, índice 238.

Estas nomeações produzem efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007 para as quais foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. Isento de Visto do Tribunal de Contas.

30 de Outubro de 2007. — O Vereador, com competência delegada, para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611065960

Aviso n.º 23452/2007**Reclassificação profissional**

Para os efeitos previstos na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Dec.-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à Administração Local pelo Dec.-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, por meu despacho, de 2 de Novembro de 2007, Maria Fernanda da Silva Mendonça de Carvalho, Auxiliar Técnico de Educação (escalão 1, índice 199), foi nomeada em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses mediante o procedimento de reclassificação profissional para a categoria de Assistente Administrativo, com posicionamento no escalão 1, índice 199, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 2.º, alínea *e*), 3.º, 4.º e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, 8.º, n.º 1, alínea *b*), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável por expressa remissão do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 6.º, n.º 1, 1.ª parte, e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Esta nomeação produz efeitos a partir da data do respectivo despacho. Isento de Visto do Tribunal de Contas.

5 de Novembro de 2007. — O Vereador, com competência delegada, para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611065963

Aviso n.º 23453/2007**Concurso interno de acesso limitado com vista ao preenchimento de um lugar da categoria de técnico superior principal da carreira de arquitecto — Nomeação**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho, de 02/11/2007, JOÃO PAULO TEODORO GRÃOS DUROS foi nomeado, definitivamente, para o provimento do lugar de Técnico Superior Principal da carreira de Arquitecto, precedendo concurso, ao abrigo do disposto no artigo 4.º, n.º 1, alínea *c*), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

Esta nomeação produz efeitos a partir de 01 de Novembro de 2007 para a qual foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. Isento de Visto do Tribunal de Contas.

5 de Novembro de 2007. — O Vereador, com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611066169

Aviso n.º 23454/2007**Reclassificação profissional**

Para os efeitos previstos na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Dec.-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à Administração Local pelo Dec.-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, por meu despacho, de 2 de Novembro de 2007, VÍTOR MANUEL JERÓNIMO PEREIRA, Carpinteiro de Limpos (escalão 1, índice 142), foi nomeado em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses mediante o procedimento de reclassificação profissional para a categoria de Marceneiro (operário altamente qualificado), com posicionamento no escalão 1, índice 189, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 2.º, alínea *e*), 3.º, 4.º e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro, e 6.º, n.º 1, 1.ª parte, e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Esta nomeação produz efeitos a partir da data do respectivo despacho. Isento de Visto do Tribunal de Contas.

5 de Novembro de 2007. — O Vereador, com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611066166

Aviso n.º 23455/2007**Concurso externo de ingresso para admissão de estagiário com vista ao provimento de um lugar da categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior de desporto — Nomeação**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho, de 03/09/2007, TIAGO PEDRO CARVALHO foi nomeado, provisoriamente, para o provimento do lugar de Técnico Superior de 2.ª Classe da carreira de Técnico Superior de Desporto, precedendo concurso, ao abrigo do disposto nos artigos 4.º, n.º 1 alínea *d*) do Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18/12, artigo 6.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17/10) e 41.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11/07.

Esta nomeação produz efeitos a partir de 03 de Setembro de 2007 para a qual foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. Isento de Visto do Tribunal de Contas.

8 de Novembro de 2007. — O Vereador, com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611066158

Aviso n.º 23456/2007**CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO COM VISTA AO PROVIMENTO DE 20 LUGARES EXISTENTES DA CATEGORIA DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO (GRUPO DE PESSOAL AUXILIAR).****NOMEAÇÃO**

Para os devidos efeitos, se torna público que, por meu despacho de 30/10/2007, ANA CRISTINA DAMIÃO BELES MATEUS, foi nomeada provisoriamente pelo período de um ano, para o provimento de um dos lugares vagos existentes no quadro de pessoal da categoria de Auxiliar Administrativo do grupo de pessoal auxiliar precedendo concurso, ao abrigo do disposto no artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, artigo 41.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho e anexo II (a que se refere o n.º 1 do artigo 13.º) do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

Esta nomeação produz efeitos a partir de 3 de Dezembro de 2007, para a qual foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. Isento de Visto do Tribunal de Contas.

8 de Novembro de 2007. — O Vereador com Competência Delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611065994

Aviso n.º 23457/2007**AVISO n.º 153/2007/DRH - DIREITO À CARREIRA DO PESSOAL NOMEADO EM CARGOS DIRIGENTES. NOMEAÇÃO**

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Dec.-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicável por remissão do Dec.-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, por meu despacho, de 08/11/2007, *EURÍDICE MARIA DE SOUSA PEREIRA* foi nomeada definitivamente para o lugar de Técnico Superior Assessor Principal da carreira de Técnico Superior de Ciências Sociais, independentemente de concurso, com posicionamento no escalão 1, índice 710, com efeitos desde 04-01-2007, data a partir da qual completou o módulo de tempo para progressão na carreira (em virtude do “número de anos continuado no exercício de funções dirigentes”), e do termo da comissão de serviço para o exercício de funções dirigentes, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 29.º, n.ºs 1 e 2, 30.º, n.º 1, e 28.º, n.º 2, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ainda do disposto no artigo 4.º, n.º 1, alíneas *a*) e *b*), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

9 de Novembro de 2007. — O Vereador com competência delegada, *Eusébio Candeias*.

2611066003